ção obtido pelo somatório das pontuações resultantes da média aritmética dos valores dados por cada membro do júri relativamente a cada factor de apreciação, numa escala de 0 a 20 valores:

Favorável preferencialmente — 17 a 20 valores;
Bastante favorável — 13 a 16 valores;
Favorável — 9 a 12 valores;
Favorável com reservas — 5 a 8 valores;
Não favorável — 0 a 4 valores.

12.5 — Os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores ficarão excluídos do concurso.

12.6 — A falta de comparência dos candidatos à entrevista profissional de selecção determina a sua exclusão.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

14 — Publicitação — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Silves, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 33.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — O júri será a seguinte composição:

Presidente — Dr. Rogério Santos Pinto, vice-presidente da Câmara.
 1.º vogal efectivo — José Manuel da Silva Alves, vereador em regime de permanência, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo — engenheiro José Vilarinho Mascarenhas Figueira Santos, chefe da Divisão de Obras Municipais.

1.º vogal suplente — engenheira Ana Margarida Aleixo Águas, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro civil.

2.º vogal suplente — arquitecto João Manuel Mendonça Cavaco Matias, chefe da Divisão de Gestão Urbanística.

31 de Maio de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.
 1000303144

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 16 de Junho de 2006, nomeei, no uso da competência própria que me é conferida no artigo 68.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, no lugar de técnico superior de 2.ª classe de línguas e literaturas modernas, o Dr. Nuno da Conceição Garcia Lopes, na sequência de concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário para provimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe de línguas e literaturas modernas, aberto por aviso desta Câmara Municipal, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 178, de 30 de Julho de 2004, classificado no estágio de ingresso com 16 valores.

O interessado deverá tomar posse no referido lugar no prazo de 20 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

19 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.
 1000303153

CÂMARA MUNICIPAL DE VALPAÇOS

Aviso

Nomeação

Torna-se público, nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e ulteriores alterações, que, por meu despacho datado de 28 de Junho de 2006, nomeei, na sequência da sua aprovação no concurso interno de acesso geral, os funcionários do município de Valpaços abaixo mencionados, para as seguintes categorias:

António Serafim Saraiva Calado — operário qualificado principal (canalizador).

Manuel Abílio Patrício Teixigueira — operário principal altamente qualificado (operador de estações elevatórias).

Os candidatos nomeados deverão aceitar o lugar no prazo de 20 dias, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Baptista Tavares*.
 1000303147

CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que em Junho de 2006 foi renovado o contrato a termo certo, por um período de 12 meses, com Isabel Vilela Vieira, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe — carreira de geógrafo — do grupo de pessoal técnico superior, escalão 1, índice 400, terminando agora o mesmo em 30 de Junho de 2007.

27 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albino José Saraiva Carneiro*.
 1000303148

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho de 29 de Maio de 2006, no uso das competências que me são conferidas pelos artigos 68.º, n.º 2, alínea a), e 72.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, Maria da Conceição Andrade Gaspar foi nomeada na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da área de relações públicas, após ter sido dispensada da frequência de estágio de ingresso por estarem reunidos os requisitos que o permitem, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas constante no Acórdão n.º 100/98, de 5 de Maio, 1.ª S/SS, respeitante ao concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar vago na referida categoria, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 233, de 6 de Dezembro do corrente ano.

A posse da referida funcionária terá lugar nos 20 dias seguintes ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série — Parte especial.

29 de Maio de 2006. — O Presidente da Câmara, *Rui de Carvalho e Melo*.
 1000303127

Aviso

Concurso externo de ingresso para admissão de um lugar de auxiliar de serviços gerais do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, de acordo com o despacho do presidente da Câmara de 5 de Maio de 2006, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso externo de ingresso para preenchimento da vaga designada em epígrafe, a que corresponde o índice 128 do sistema retributivo do regime geral da função pública.

2 — Ao presente concurso aplicar-se-ão os métodos e forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública, bem como os princípios e garantias gerais a que o respectivo procedimento administrativo se encontra vinculado, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

3 — Conteúdo funcional do lugar a prover — os inerentes à respectiva categoria com base no Despacho n.º 4/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 6 de Abril de 1989.

4 — Validade do concurso — o concurso é válido para a vaga indicada e para as que vieram a verificar-se no prazo de um ano, a contar da data do aviso da lista de classificação.

5 — Local de trabalho — Parque de Máquinas Municipal — Zona Industrial.

6 — Requisitos de admissão ao concurso — nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, podem candidatar-se a este concurso os indivíduos que reúnam até ao termo do prazo para a apresentação de candidaturas os seguintes requisitos:

7 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

- b) Ter 18 anos completos;
 c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
 d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
 e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
 f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8 — As candidaturas deverão ser formalizadas, dentro do prazo indicado, mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, entregues pessoalmente na secção de recursos humanos ou enviados pelo correio, mediante carta registada com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para Largo do Município, 9680-115 Vila Franca do Campo, do citado requerimento deve constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte e residência);
 b) Identificação do concurso a que se candidata;
 c) Eventuais circunstâncias que o candidato entenda serem relevantes para a apreciação de seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, as quais só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

8 — O requerimento de admissão deverá ser obrigatoriamente acompanhado, sob pena de exclusão, de:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
 b) Documento comprovativo da formação ou experiência profissional, se a tiver;
 c) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte.

9 — As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos da lei penal.

10 — É inicialmente dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos exigidos para a admissão ao concurso, desde que os candidatos declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram em relação a cada um dos requisitos gerais de admissão, e bem como dos documentos comprovativos desses requisitos.

11 — Métodos de selecção a utilizar — prova teórica de conhecimentos e a entrevista profissional de selecção.

11.1 — A prova teórica de conhecimentos será escrita, pontuada de 0 a 20 valores, com a duração de duas horas, com carácter eliminatório e versará sobre a seguinte legislação, com consulta à mesma:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
 Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio.

11.2 — A entrevista profissional de selecção, classificada de 0 a 20 valores, tem por fim avaliar uma relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões pessoais e profissionais do candidato, para o exercício do cargo, mediante a ponderação dos factores abaixo indicados, obtidos pela aplicação da seguinte fórmula:

$$EPS = (a + b + c + d)/4$$

em que:

- a = responsabilidade e sentido de organização;
 b = capacidade de comunicação;
 c = motivação demonstrada em relação ao desempenho do cargo;
 d = conhecimento do conteúdo funcional do lugar a prover.

12 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples da classificação obtida nos dois métodos de selecção, e avaliação curricular, de acordo com a fórmula abaixo indicada:

$$CF = (PTC + EPS)/2$$

em que:

- CF = classificação final;
 PTC = prova teórica de conhecimentos;
 EPS = entrevista profissional de selecção.

13 — Composição do júri:

Presidente — Maria Eugénia Pimentel Leal, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

Vogais efectivos:

Duarte Manuel Pacheco Carreiro Pimentel, chefe de Divisão Administrativa e Operacional, que substituirá o presidente nas suas faltas, e Maria Luísa Pacheco Situas, chefe de secção do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

Vogais suplentes:

José Daniel Medeiros Raposo, vereador da mesma Câmara Municipal, e Maria Odete Pimentel Santos Medeiros Simas, chefe de secção da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

11 de Maio de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Eugénia Pimentel Leal*.
 1000303126

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 838/05

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 6 de Junho de 2006, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração aos lotes n.ºs 12 e 13 do loteamento titulado pelo alvará n.º 25/94, para os prédios localizados na Dr. Inocência Osório L. Gondim, freguesia de Avintes, descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob os n.ºs 01848/171194 e 01849/171194, requerido em nome de Agostinho Ferreira Pinto e outros, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares, deverão ser entregues no Serviço acima identificado.

22 de Junho de 2006. — O Vereador, por subdelegação, *António Guedes Barbosa*.
 3000210198

Aviso n.º 1284/06

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 22 de Maio de 2006, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote n.º 2 — fracção «D» do loteamento titulado pelo alvará n.º 42/89, para o prédio localizado na Rua de Ferreira de Castro, freguesia de Vilar do Paraíso, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o n.º 00561/100990, requerido em nome de Rosa Maria da Cruz Pereira Teixeira, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares, deverão ser entregues no Serviço acima identificado.

22 de Junho de 2006. — O Vereador, por subdelegação, *António Guedes Barbosa*.
 3000210199

Aviso n.º 1383/06

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 1 de Junho de 2006, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote n.º 5 do loteamento titulado pelo alvará n.º 82/74, para o prédio localizado na Rua de Inácio Fernandes Barbosa, freguesia de Arcozelo, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o n.º 64938, fl. 141 B-169, requerido em nome de Carlos de Jesus Couto, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9 horas às 16 horas e 30 minutos.